

Em crise, classe C vira motor do bolsonarismo

Fenômeno nos anos Lula, grupo encolhe nos últimos anos e sofre com informalidade no trabalho e perda de renda

DESAFIOS DO NOVO MANDATO

Fernando Canzian

SÃO PAULO. No estado natal de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Santa Cruz do Capibaribe foi a única entre as 185 cidades pernambucanas a dar vitória a Jair Bolsonaro (PL). O presidente bateu Lula por 52% a 48% no município. No estado, o petista venceu por 67% a 33%.

Com 11,8 milhões habitantes e a 186 km do Recife, Santa Cruz do Capibaribe é um dinamismo centro de empreendedorismo baseado na "sulanca", originalmente tecidos de helanca vindos da região Sul e utilizados por centenas de pequenas confecções e comerciantes.

É o segundo maior polo de confecções do Brasil (atrás de São Paulo), reunido no Moda Center Santa Cruz, um gigantesco mercado que atrai compradores e revendedores de vários estados.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2020 para o município permitem estimar que famílias com duas ou três pessoas trabalhando em Santa Cruz do Capibaribe têm renda média entre R\$ 3.100 e R\$ 4.700.

Embora não exista um consenso entre institutos e pesquisadores sobre os parâmetros para a divisão das classes no país, critérios utilizados por diferentes consultorias inserem essa faixa de renda na chamada classe C.

Análise do resultado da eleição de 30 de outubro sugere que a classe C foi crucial para a votação expressiva de Bolsonaro, que acabou perdendo para Lula por apenas 2,1 milhões de votos, margem mais apertada em pleitos presidenciais desde a redemocratização.

Com poucas exceções, estados onde a classe C é relativamente maior deram vantagem ao presidente. Na contramão, onde a classe D/E predomina, Lula se saiu melhor.

Pesquisa Datafolha na véspera do segundo turno indicou que a maioria (51%) dos eleitores com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos votaria em Bolsonaro (ante 42% em Lula).

A grande maioria desses eleitores pesquisados pertencia à classe C, segundo critério da consultoria Plano CDE, que estabelece renda familiar entre R\$ 2.030 e R\$ 6.125 para esse grupo.

Já o petista tinha 55% das preferências, segundo a Datafolha, entre famílias com renda até dois salários mínimos — em sua maioria membros da classe D/E, segundo critério da Plano CDE (renda abaixo de R\$ 2.030).

As classificações seriam aproximadamente as mesmas pelos critérios da consultoria Tendências.

A classe C é a mais numerosa no Brasil, com 95,6 milhões de pessoas. A classe D/E agrega outros 70,5 milhões, e a A/B, 46,4 milhões, segundo a Plano CDE.

Especialistas em classes sociais e em ciência política dizem que é possível inferir que membros da classe C — como os eleitores de Santa Cruz do Capibaribe — demonstraram maior preferência por Bolsonaro em razão de seu discurso pró-empresendedorismo e defesa de um Estado que interfira menos na vida das pessoas.

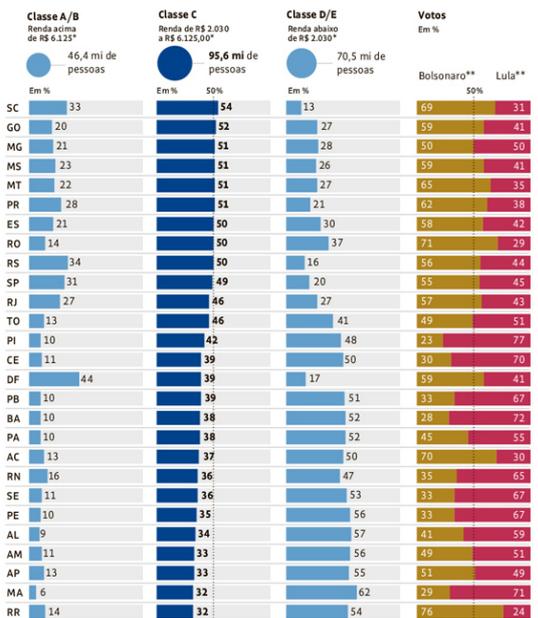
Dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE) mostram que, na classe C, 62% dos trabalhadores têm renda variável, com predominância na informalidade.

"O discurso do presidente por um Estado que não deve atrapalhar tem mais aderência nesse pessoal batalhador. Eles acreditam em progredir mais por méritos próprios", afirma Maurício de Almeida



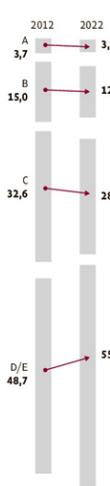
Bolsonaro participa de motocicleta em Santa Cruz do Capibaribe (PB) em setembro

Classes sociais e eleição



*Renda familiar, segundo critério da Plano CDE, pois não há definição oficial de classes no Brasil
**2º turno; percentuais arredondados
Fontes: Plano CDE a partir da Pnad 2021 e TSE

Em dez anos, classe C encolhe e D/E aumenta



Fonte: IBGE. Elaboração e critério de classes da Tendências: classe A (renda familiar acima de R\$ 23,2 mil), B (R\$ 7,5 mil a R\$ 23,2 mil), C (R\$ 3,1 mil a R\$ 7,5 mil) e D/E (até R\$ 3,1 mil)

Prado, antropólogo e diretor executivo da Plano CDE.

Segundo Prado, pesquisas qualitativas revelam que esse segmento tem um discurso mais individualista e guarda um sentimento de insatisfação alimentado pela combinação de crise econômica no biênio 2015-2016, baixo crescimento desde então e escândalos de corrupção nos governos do PT.

Ironicamente, foi nos anos Lula (2003-2010) que a classe C expandiu-se rapidamente. Segundo dados da FGV Social daquele período, quanto mais pobre, maior foi o aumento na renda, o que contribuiu para a travessia de muitos brasileiros da classe D/E para a C. Em 2010, o então Ministério da Fazenda estimou que 25 milhões de pessoas haviam feito esse percurso.

Nos últimos dezanos, no en-

tanto, a classe C encolheu, segundo cálculos da Tendências.

Neste ano, 28,8% dos domicílios fazem parte dela, ante 32,6% em 2012. Na contramão, a classe D/E aumentou de 48,7% dos domicílios para 55,4% —levando, inclusive,

ao aumento da taxa de brasileiros na extrema pobreza.

Ao contrário da classe D/E, que sempre dependeu de serviços públicos e é, ao menos em sua base, atendida por programas sociais, a classe C vem perdendo renda e se

precarizando há dez anos —ficando cada vez mais distante, por exemplo, de planos de saúde e escolas particulares.

"Há um forte sentimento de frustração nesse segmento", diz Prado.

Para Rafael Cortez, cientista político da Tendências, o aumento da informalidade no Brasil (25% dos trabalhadores atualmente) também reforça o sentimento pró-livre iniciativa de eleitores mais à direita, que acabam vendo o Estado como um empecilho burocrático e cobrador de impostos.

"Esse componente, que já era estrutural, acabou se tornando também conjuntural com a pandemia e foi muito bem explorado por Bolsonaro. O 'fica em casa, a economia a gente vê depois', repetido pelo presidente, teve forte apelo entre esses eleitores, que dependem da informalidade para ganhar a vida", diz Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, concorda que a elevada informalidade na classe C pode ter levado seus membros a simpatizar mais com o discurso do empreendedorismo e a favor de uma certa estabilidade macroeconômica, preconizado por Bolsonaro.

"Se nos anos 2000 eles passaram por um processo de ascensão social, houve enorme frustração a partir da recessão de 2015-2016, associada aos escândalos de corrupção do PT, em um contexto em que eles não dispõem de mecanismos de proteção social. Isso os torna mais sensíveis a esse discurso empreendedor", diz.

Cortez, da Tendências, afirma ainda que Bolsonaro também foi habilidoso ao agregar vários simbolismos contrários à esquerda, reunindo eleitores que, em eleições passadas, votavam em candidatos do PSDB contra o PT.

O sociólogo e cientista político Antonio Lavareda lembra que o total de votos em Bolsonaro neste ano (49,1%) foi muito próximo ao obtido por Aécio Neves em 2014 (48,4%).

Segundo ele, os eleitores já vinham se deslocando para a direita desde as eleições para preletos e vereadores de 2012. Apesar da vitória apertada da petista Dilma Rousseff contra Aécio em 2014 (com vantagem de 3,4 milhões de votos), o Congresso eleito à época já retornara esse perfil.

"Nos últimos anos, houve também uma relação causal na cabeça de muitos eleitores entre a corrupção apontada pela Lava Jato e o empobrecimento da sociedade. Essa é a grande explicação para a força do bolsonarismo".

Para Lavareda, apesar da derrota, Bolsonaro soube explorar esse sentimento difuso, com o discurso pró-livre iniciativa, de "tirar o Estado das costas dos produtores".

"Mas ele também indicou um tipo de liberdade que muitos desejavam: de minerar e desflorestar a Amazônia, de explorar a força de trabalho mais pobre e de empresarializar com algum nível de sonegação", afirma.

“O 'fica em casa, a economia a gente vê depois', repetido pelo presidente, teve forte apelo entre esses eleitores, que dependem da informalidade para ganhar a vida

Rafael Cortez, cientista político da consultoria Tendências

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 27